



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA  
CONSELHO DIRETOR

**RESOLUÇÃO Nº 027/2007/CD**

Florianópolis, 10 de julho de 2007.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 30 do Regimento Interno do CEFET/SC,

Considerando a aprovação por seus conselheiros na reunião de 04/07/2007

Resolve:

**Aprovar** a Regulamentação do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do CEFET-SC, conforme anexo, com a indicação de que a mesma será reavaliada em um ano.

Publique-se e

Cumpra-se.

CONSUELO APARECIDA SIELSKI SANTOS  
Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA  
CONSELHO DIRETOR

## **Regulamentação do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do CEFET-SC**

**Art. 1º** O Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) do CEFET-SC é órgão normativo e consultivo da Diretoria Geral no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão do CEFET-SC.

**Art. 2º** O Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) terá a seguinte organização:

- I. presidência;
- II. secretaria;
- III. Membros do colegiado
- IV. 3 (três) câmaras: uma para Ensino, uma para a Pesquisa e uma para a Extensão

**Art. 3º.** Os membros do CEPE serão:

- I. Diretor de Ensino, que o presidirá;
- II. Diretor de Relações Externas;
- III. Diretor de Pós-Graduação e de Pesquisa;
- IV. Dois representantes Docentes;
- V. Dois representantes Técnico-Administrativos;
- VI. Dois representantes discentes.

**Art. 4º** O mandato dos membros representantes e respectivo suplente escolhidos por processo eleitoral para cada cargo será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por mais 2 (dois) anos.

§ 1º No caso de mandato decorrente de cargo ocupado no CEFETSC, sua duração será coincidente com o período de ocupação do cargo.

§ 2º Ocorrendo vacância no CEPE ou Câmaras, proceder-se-á à posse do representante suplente.

§ 3º Não havendo preenchimento do cargo convoca-se novo processo eleitoral.

**Art. 5º** Os representantes docentes e técnico-administrativos deverão ser escolhidos entre seus pares, observadas as seguintes condições:

- I. pertencer ao quadro efetivo da Instituição;
- II. não estar respondendo a processo administrativo disciplinar;

**Art. 6º** Os representantes discentes deverão ser escolhidos entre seus pares, observadas as seguintes condições:

- I. estar regularmente matriculado em curso regular;
- II. não estar cursando qualquer componente curricular sob o regime de dependência;
- III. não estar respondendo a processo disciplinar;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA  
CONSELHO DIRETOR

**Art. 7º** Ao CEPE compete:

- I. assessorar a Direção Geral no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão do CEFET-SC;
- II. aprovar os projetos pedagógicos dos cursos do CEFET-SC e submetê-los ao Conselho Diretor;
- III. emitir parecer sobre propostas de criação de novos cursos no CEFET-SC e de extinção de cursos;
- IV. expedir orientações e procedimentos para a organização e reestruturação curricular dos cursos do CEFET-SC;
- V. emitir parecer sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do CEFET-SC;
- VI. Definir diretrizes para a elaboração do Calendário Acadêmico das Unidades de Ensino do CEFET-SC;
- VII. regulamentar o funcionamento das câmaras de ensino, pesquisa e extensão;
- VIII. emitir parecer sobre recursos de processos de natureza didático-pedagógica;
- IX. elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado e aprovado pelo Conselho Diretor;
- X. definir a representação institucional de projetos de pesquisa em editais;
- XI. estabelecer diretrizes e procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- XII. regulamentar os projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**Art. 8º** A Câmara de Ensino será constituída por:

- I. Diretor de Ensino que a presidirá;
- II. Coordenador de Pós-Graduação da Diretoria de Pós-graduação e Pesquisa;
- III. Três representantes de servidores das Unidades vinculados diretamente ao ensino;
- IV. Três Coordenadores de curso escolhidos entre seus pares;
- V. Um representante discente membro do CEPE.

**Art. 9º** A Câmara de Pesquisa será constituída por:

- I. Diretor de Pós-graduação e Pesquisa que a presidirá;
- II. Coordenador de Pesquisa da Diretoria de Pós-graduação e Pesquisa;
- III. Dois representantes de setores responsáveis pela pesquisa nas Unidades de Ensino do CEFET-SC escolhidos entre seus pares;
- IV. Dois líderes escolhidos entre os grupos de pesquisa constituídos no CEFET-SC e cadastrados no CNPq;
- V. Um representante discente com bolsa de pesquisa escolhido entre seus pares;

**Art. 10** A Câmara de Extensão será constituída por:

- I. Diretor de Relações Externas que a presidirá;
- II. Coordenador de Extensão da Diretoria de Relações Externas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA  
CONSELHO DIRETOR

- III. Dois representantes das Coordenações responsáveis pela extensão das Unidades de Ensino do CEFET-SC escolhidos entre seus pares;
- IV. Dois coordenadores dos projetos de extensão cadastrados no CEFET-SC escolhidos entre seus pares;
- V. Um representante discente envolvido com projeto de extensão escolhido entre seus pares;

**Art. 11** Compete à Câmara de Ensino:

- I. propor diretrizes para as políticas educacionais do CEFET-SC;
- II. assessorar a Diretoria de Ensino na elaboração do PPI;
- III. elaborar normas e procedimentos específicos para projetos de ensino encaminhadas ao CEPE para apreciação e encaminhamento ao Conselho Diretor;
- IV. emitir parecer sobre propostas de criação de novos cursos, de reestruturação de projetos pedagógicos de cursos existentes e de extinção de cursos;
- V. propor diretrizes para a elaboração do calendário escolar das Unidades de Ensino do CEFET-SC;
- VI. elaborar diretrizes para o processo de ingresso discente de ingresso nos diversos cursos do CEFET-SC;
- VII. emitir parecer sobre assuntos de natureza didático-pedagógica;
- VIII. emitir parecer sobre relatórios finais de cursos não regulares;
- IX. propor diretrizes e procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino.

**Art. 12** Compete à Câmara de Pesquisa:

- I. propor diretrizes para a política de pesquisa do CEFETSC;
- II. assessorar a Diretoria de Pós-graduação e Pesquisa na formulação do PDI no que diz respeito a pesquisa;
- III. elaborar normas e procedimentos específicos para projetos de pesquisa, encaminhadas ao Colegiado para apreciação e encaminhamento ao Conselho Diretor;
- IV. propor a regulamentação da pesquisa no CEFET-SC;
- V. elaborar diretrizes para representação institucional de projetos de pesquisa em editais; emitir parecer sobre os projetos de pesquisa;
- VI. propor a regulamentação de editais internos de pesquisa;
- VII. propor diretrizes e procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de pesquisa.

**Art. 13** Compete à Câmara de Extensão:

- I. propor diretrizes para a política de extensão do CEFET-SC;
- II. assessorar a Diretoria de Relações Externas na formulação do PDI no que diz respeito à extensão;
- III. elaborar normas e procedimentos específicos para projetos de extensão, encaminhadas ao CEPE para apreciação e encaminhamento ao Conselho Diretor;
- IV. emitir parecer sobre as atividades de extensão;
- V. propor diretrizes e procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA  
CONSELHO DIRETOR

**Art. 14** As Resoluções do CEPE das quais resulte alteração da política de ensino, pesquisa e extensão do CEFETSC deverão ser referendadas pelo Conselho Diretor.

**Art. 15** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor.

**Art. 16** Esta Resolução entra em vigor nesta data.

CONSUELO APARECIDA SIELSKI SANTOS  
Presidente